

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A disputa pelo controle social dos recursos naturais no cenário brasileiro. Desafios e limites das organizações da sociedade civil à luz da concepção de Desenvolvimento Sustentável.

Cleildes Marques de Santana.

Cita:

Cleildes Marques de Santana (2009). *A disputa pelo controle social dos recursos naturais no cenário brasileiro. Desafios e limites das organizações da sociedade civil à luz da concepção de Desenvolvimento Sustentável. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1098>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A disputa pelo controle social dos recursos naturais no cenário brasileiro

**Desafios e limites das organizações
da sociedade civil à luz da concepção
de Desenvolvimento Sustentável**

Cleildes Marques de Santana

Prof. de Sociologia do IFBA,

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia,

Bahia / Brasil

cleildes@ig.com.br

O objetivo deste artigo é analisar os conflitos entre organizações da sociedade civil decorrentes da disputa pelo controle social dos recursos naturais no contexto da sociedade brasileira. Este tema requer uma problematização em face dos impactos da globalização à luz da concepção de Desenvolvimento sustentável.

Através de documentos de domínio público de diversas organizações da sociedade civil configurou-se 02 cenários (1998/2002 e 2003/2006, relativos respectivamente à gestão dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva), permitindo a visibilidade dos conflitos entre organizações, bem como os desafios e limites para a construção de um modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

INTRODUÇÃO

Como assinala Vasconcellos (2002:17) as sociedades modernas constroem-se adotando conhecimento científico como fonte única de verdade, rompem com tradições milenares e impõe uma renúncia a outras fontes de conhecimento. Esta performance implica na emergência de domínios explicativos diferenciados gerando assim procedimentos e competências operacionais distintas no âmbito das diversas organizações sociais.

Santos (1998:24) nos chama a atenção para o fato de que a crise decorrente desta configuração tem resultado em conseqüências desastrosas, principalmente no que diz respeito às condições sociais e teóricas, ou seja, em decorrência da própria aplicação de seus avanços sugerindo então mudanças significativas em seu tecido social.

Mayor (1998:07) por sua vez destaca que essas condições teóricas à luz do capital intelectual apesar de configurarem importantes conquistas traz em seu bojo uma fonte de imenso poder e que por resultante numerosas contradições emergem nesse desenvolvimento do conhecimento e na construção de uma sociedade tecnológica.

No tocante a degradação ambiental destaca-se abordagens¹ que focalizam os inúmeros fatos/acidentes/desastres ecológicos², que se por um lado, sinalizam para a magnitude do problema, de outro para a necessidade de elaboração de distintas abordagens sobre o tema que envolve uma amplitude de questionamentos sobre os modelos de desenvolvimento. (Acot: 1990; Almeida: 1988; Araújo: 2003).

Nosso objetivo reside em problematizar como em decorrência do avanço do capitalismo a articulação entre conhecimento científico e produção de mercadorias por meio das novas biotecnologias deriva leis e condições gerais que organizam a formação social, ou seja, determinações que sinalizam para situações que atinge todos os âmbitos da organização e formação social, os aparelhos de Estado e todos os grupos sociais.

Como assinalado por vários autores pertencentes a este campo de abordagem analítica, a dificuldade em engendrar-se em suas produções acadêmicas, e por resultante no escopo de suas elaborações, a interface ou correlação entre Modo de Produção e Natureza/Recursos Naturais, deve-se, em parte aos seguintes motivos: “atraso”, “resistência”, etc. (Foster: 2005; Chesnais: 2003 b; Moreira: 1999a; Ferreira: 1996a).

¹ É igualmente fecunda a produção sobre a problemática ambiental. Alguns autores ressaltam um verdadeiro “boom” em termos de produção mercadológica a partir da ECO – 92.

² Valle, Cyro Eyer do. Meio ambiente: acidentes, lições, soluções.SP: Editora Senac São Paulo, 2003 além de apontar para a possibilidade de “gerenciar” os riscos ambientais através de programas, apresenta uma listagem cronológica dos acidentes mais relevantes na história da humanidade.(cf.ibidem: 197-217).

Em que pese a relevância da capacidade de autocrítica, é possível observar-se, ainda que vagarosamente, a Questão ambiental, entendendo-a enquanto fenômeno que reúne um conjunto de questões correlacionadas aos recursos naturais, aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, etc, tem sido marginalmente abordada e contemplada, ou direcionada ao tratamento de dimensões estritas ao escopo dos principais paradigmas explicativos da realidade.³

As novas tecnologias em apreço têm como elemento distintivo a apropriação de recursos naturais. Neste sentido a singularidade do Brasil é incontestável como assinala Duarte (2003: 07) e que se deve em parte a “opulência” dos recursos naturais que deve ser analisada também com base na qualidade de inserção do país no contexto das relações internacionais⁴.

Tornar-se imprescindível portanto recontextualizar as modalidades de apropriação ou “pilhagem” como sugerem alguns autores (Gonçalves: 2004b; Vandava: 2001) da biodiversidade brasileira no âmbito do atual processo de globalização considerando as várias nuances que giram em torno dos conceitos de relações de poder e soberania que em tese constituem e imprime um “novo” formato organizacional da sociedade contemporânea.

As evidências apontam ainda para o fato que a liberação/comercialização de produtos de pesquisas biotecnológicas são agravadas pela ignorância, desprezo ou supressão de resultados de pesquisa e com a falta de informação para a sociedade. Completando essa situação, verifica-se que a Legislação Brasileira sobre a proteção à biodiversidade não é suficientemente explícita e regulamentada para proteger o meio ambiente e a população⁵.

No caso dos transgênicos constata-se, que já existem mais de 600 experimentos, entretanto apenas 10% estão sob controle ou vigilância do Ministério da Agricultura. Por extensão as grandes corporações na América Latina acabam se expandindo em terreno fértil já que além de existir laboratórios baratos para aprimoramento de pesquisas e experimentos dos OGMS não encontram severas aplicações e/ou regulamentações de princípios éticos ou judiciais.

Neste quadro as dimensões político-institucionais e aquelas referentes às atitudes e comportamentos passam a ser mediadoras de uma ampla e complexa rede de estruturas e processos sociais onde a concepção de mercado transforma-se com uma rapidez impensável e que apesar,

³ Dentro desta linha de abordagens relacionando, de forma direcionada, a dimensão econômica no âmbito dos modelos de desenvolvimento em sua interface com a questão da natureza, destacam-se a produção situada no âmbito da Economia da Sustentabilidade (Cavalcanti: 2001) e mais recentemente a Economia Política da sustentabilidade (May: 2003a).

⁴ Cf. Ribeiro (2001) em A ordem ambiental internacional e Duarte (2003) Política externa e Meio ambiente. Há ainda uma literatura/produção em curso no que diz respeito ao “deslocamento” do discurso ambiental do âmbito da produção para o consumo. Tal incursão fundada, sobretudo numa perspectiva Weberiana sinaliza para a lógica da ação /racionalidade do ator social, onde o cidadão /consumidor é um novo tipo de “ator social”. Cf. Portilho, F. Sustentabilidade ambiental: consumo e cidadania.SP: Cortez, 2005.

⁵ Apesar da criação da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) encontrar-se instalada no Ministério da Ciência e Tecnologia não tem fácil harmonizar as várias decisões sobre e como devem ser realizados os tipos de controle em relação aos OGMs.

como querem alguns autores, ao apontarem a ausência de regulamentação como base das dificuldades de implementação de políticas públicas ainda prescinde na configuração da sociedade a emergência de ações coletivas oriundas da sociedade civil. Considera-se que as diferentes organizações fornecem não somente condições materiais, objetivas, financeiras, mas, sobretudo liames para a constituição de novos padrões e práticas e comportamentais.

A CONFIGURAÇÃO DOS CONFLITOS E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL.

A configuração destes conflitos por extensão nos permitirá apontar para uma re-leitura dos conflitos ambientais entre as organizações, observando-se as conseqüências deste processo para a reprodução das relações sociais especificamente tendo-se como cenário o contexto da sociedade brasileira.(Fausto, 2002; Giuliani, 1998; Guivant, 2001; Nascimento, 1997; Noal, 2002).

Na atualidade há um conjunto de organizações que participam da disputa pelo controle social dos OGM's, seja pela via informal ou institucional. Ver QUADRO abaixo.

QUADRO 01 - PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - BRASIL

Organização	Ano de criação	Temas
× ABRA	1967	Cidadania no campo, justiça social, assentamentos agrários e a agricultura familiar;Meio ambiente; crianças e adolescentes do trabalho aviltante, extirpar o trabalho escravo.
× FASE	1961	Desenvolvimento social e ambientalmente sustentável;Ação afirmativa;Direitos Econômicos Sociais e Culturais.
× WWF	1996	Conservação da natureza com conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos
× TD- Terra de Direitos		Direitos humanos;Mov. sociais no Brasil e na América Latina.
× AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa	1984	Agricultura brasileira; agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar.
× ESPLA	1974	Organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais;Preservação ambiental e qualidade de vida; agroecológicos;.
× ISA	2001	Direitos indígenas no Brasil.
× DVP" Direito por Um Planeta Verde"	1995	Defesa do meio ambiente, da biodiversidade e dos direitos dos povos indígenas.
× GREENPEACE	1992	Engenharia genética; Amazônia, Energia; Oceanos e Clima.

É possível observar na trajetória de cada delas as diversas iniciativas operacionalizadas isoladamente, bem como em conjunto em vários âmbitos da sociedade. Esta constatação teve como base um conjunto de documentos nos principais sites organizacionais e compilados da seguinte maneira: Notícias eletrônicas; Documentos normativos/jurídicos; Relatórios de pesquisas e estudos.

Na análise qualitativa destes dados encontra-se os seguintes resultados:

Ações de denúncias e contestação direcionadas ao Poder público a empresas que utilizam em seus processos produtivos matéria – prima contendo organismos geneticamente modificados.

Ações de caráter educativo e conscientizações direcionadas à sociedade, como, por exemplo, peças publicitárias, campanhas públicas, Guia do Consumidor, etc

Ações de caráter político direcionadas aos fabricantes e comerciantes; participação em eventos no âmbito nacional e internacional relacionados à problemática dos organismos geneticamente modificados, etc.

Ações de natureza científica direcionadas ao público geral, por exemplo, solicitação e encomenda de testes em laboratórios para comprovação ou não da existência de organismos geneticamente modificados; divulgação de documentos - estudos e textos- fundamentados em pesquisas de cientistas.

Os cenários conjunturais relativos a disputa que tem como foco o controle social dos OGM's tem com evento principal a Moratória Judicial (1998), onde Monsanto conseguiu a aprovação para a soja RR, autorizada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Após essa aprovação, o Greenpeace e o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) entraram com um processo na 6ª Vara de Justiça Federal contra a Monsanto e o governo. Esse processo marcou o início da moratória judicial para liberações comerciais de transgênicos no Brasil e fez com que as variedades transgênicos permanecessem fora do mercado entre 1998 e 2003.

Ainda neste primeiro cenário encontrou-se: Resultados de pesquisas sobre utilização de OGMs no cenário nacional e internacional; Críticas a performance das organizações da sociedade civil no que diz respeito aos OGMs; estratégias empresariais relacionadas a preservação ambiental; Criação de entidades setoriais por indústrias de biotecnologia.

O 1º. Semestre deste cenário é marcado dentre outras questões por um “vazio” de legitimidade no que diz respeito à performance da CTNBio, mas igualmente diferentes nas organizações envolvidas na problemática dos transgênicos. Destaca-se, contudo que mesmo tendo sofrido impedimentos jurídicos as organizações da sociedade civil impetram recursos jurídicos solicitando a participação da sociedade civil. Sendo assim é possível destacar que as organizações

relacionadas ao processo de fiscalização atuam mediante as pressões da Sociedade civil, a exemplo da performance da ONG Greenpeace que além de pressionar tais órgãos para que realizem suas atividades ressalta as vantagens da performance do Brasil no mercado europeu pelo fato de não haver a liberação comercial dos transgênicos o que evidencia as várias facetas da problemática dos OGMs à luz de uma perspectiva sistêmica já que depreende que no seu bojo estejam contemplados as diversas dimensões (cultural, econômica, social, ambiental, etc), bem como busca trazer a “justiça” à luz das demandas sociais e sobretudo com a participação da sociedade civil, ou seja, lança mão de procedimentos jurídicos dentro de um quadro de subversão da ordem. Realiza ainda tal intento quando encomenda a realização de testes e pesquisas em instituições renomadas que explicitem os riscos dos OGMs e disponibilizam ou publicizam para a sociedade como um todo.

O repertório contencioso destas organizações da sociedade civil exprimem um conjunto/feixes de significados que extrapolam a mera “espetacularização” da problemática ambiental já que buscam uma interconexão entre discursos e práticas seja nos conteúdos de suas campanhas públicas, na realização de atividades alternativas como por exemplo os tribunais populares ou pela utilização de mídias que exponha e traga a sociedade civil para o exercício da participação e construção de uma sociedade democrática.

Neste sentido a realização das visitas *in loco* em campos experimentais através das Equipes Caça-Transgênicos da ONG Greenpeace visibiliza a inoperância das organizações governamentais na fiscalização das pesquisas no tocante aos OGMs e sobretudo as práticas questionáveis das organizações empresariais privadas que “ganham” com a lógica do descaso governamental. Em linhas gerais este cenário é marcado pela definição de posicionamentos em relação à liberação dos OGMs seja do governo, da Monsanto e da Greenpeace.

O cenário II (2003/2006) é marcado pela oficialização da Lei de Biossegurança e tem como marca as informações relativas ao período do 1º. Mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Distintamente do cenário anterior é rico em documentos e nas suas respectivas modalidades, é marcado por expectativas e esperanças no novo governo de maneira diferenciada entre as organizações estudadas e, sobretudo no que diz respeito à estruturação interna das mesmas.

No programa de governo do candidato intitulado "Meio ambiente e qualidade de vida" estabelecia-se o compromisso de assegurar a execução de uma avaliação ambiental estratégica, assim como estudos sobre os impactos das variedades e organismos transgênicos no meio ambiente “e de” estabelecer mecanismos integrados de controle, fiscalização e repressão a plantações ilegais e clandestinas no país”.

Entretanto após ser eleito, o Presidente nomeou ministros com opiniões divergentes a respeito dos transgênicos, bem como tomou duas decisões controversas: permitiu o uso comercial de soja transgênicas em alimentos para consumo humano e animal, e autorizou que a soja transgênicas da Monsanto fosse plantada temporariamente.

No início de 2003, pouco antes do período de colheita da soja, encontrar uma solução para a soja transgênica plantada ilegalmente no Rio Grande do Sul se tornou uma das principais discussões internas do governo. A soja transgênica havia sido contrabandeada da Argentina e plantada ilegalmente no Rio Grande do Sul. (iniciado em 1998).

O governo ignorou a forte preocupação expressada por mais de 80 organizações da sociedade civil, pelos movimentos social e ambiental, pelos consumidores brasileiros e pela maioria dos agricultores brasileiros, que não plantaram soja transgênica.

A 2a. MP foi publicada em setembro de 2003, autorizando o plantio de soja transgênica para a safra de 2003/2004, e apenas para os agricultores que haviam guardado as sementes transgênicas. Os agricultores que plantassem a semente transgênica teriam que assinar um Termo de Responsabilidade, notificando o governo. Até o início de fevereiro, o Ministério da Agricultura havia recebido notificações de 81.612 agricultores, que plantaram soja transgênica no Rio Grande do Sul. Um novo processo judicial foi aberto pelo MP brasileiro no Superior Tribunal Federal, afirmando que a lei que permitiu o plantio comercial da soja transgênica fere a constituição.

Em março de 2005, o Presidente Lula da Silva finalmente sancionou a nova Lei de Biossegurança que regulamenta definitivamente o plantio e a comercialização das variedades transgênicas. O texto final afirma que toda e qualquer empresa que desejar plantar e/ou comercializar um variedade transgênica precisa submeter um pedido à CTNBio, que deverá emitir seu parecer, que, caso seja favorável à liberação, será confirmado ou rejeitado pelo Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), composto por 9 Ministros e um Secretário Especial. Desta forma, a nova lei retira a obrigatoriedade a realização de estudos de impactos ambientais e sobre a saúde humana, cabendo à CTNBio solicitá-los ou não.

Mais recentemente (2006 a 2009) um conjunto de medidas foram tomadas no sentido de promover a liberação de outras variedades de OGMs mesmo com a ofensiva e críticas da sociedade civil.

Neste contexto identificou-se as principais organizações, mecanismos e formas de atuação que colocam em prática e que emergem como contraditórios, mas que, se analisados dialeticamente permitem visibilizar a confluência perversa que existe entre as diferentes organizações na disputa pelo controle social dos transgênicos no contexto da sociedade brasileira.

Constatou-se que tanto na esfera do Estado, quanto no mercado e sociedade civil em geral, as contradições das relações estão explicitadas nos vários momentos de embate, mas não devidamente direcionadas a um entendimento explicativo e analítico que revelem as contradições sociais.

Observa-se uma rede de interações complexas e dinâmicas entre a natureza e a sociedade, para além de abordagens convencionais que contemple e analise os sistemas de regulação das inovações tecnológicas; os papéis dos diferentes atores sociais, com diversas, e freqüentes contradições, percepções e aspirações e por extensão combine elementos das práticas sociais, culturais, organizacionais, etc.

Considera-se portanto que coloca-se como principal desafio de construção de uma nova política ambiental a incorporação da participação dos diversos atores políticos, econômicos e sociais, para a superação deste desenvolvimento atual historicamente insustentável, na perspectiva de construção de novo, de superação desta realidade, que seja social, econômico e ambientalmente sustentável.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. RJ: Relume Dumará: Fundação Henrich Boll, 2004.
- AFONSO, Cíntia Maria. *Sustentabilidade de: caminho ou utopia?* SP: Annablume, 2006.
- ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da Biodiversidade*. Brasília: IBMARNR, 1998.
- ALMEIDA, Paula. *A rede de bancos de sementes comunitários da Paraíba*. In: *Segurança alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil*. Rocha, Marlene et al. SP: Editora Perseu Abramo. 2004.
- ALONSO, Ângela et.al. *Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. CLACSO. Novembro de 2000.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da Globalização: o capital e suas contradições*. SP: Ed. Práxis. 2001.
- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)* Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. RJ: Paz e Terra. 1997.
- BOITO JR, Armando. *A Hegemonia neoliberal no governo Lula*. In *Revista Crítica Marxista*. n.17,1ª. Ed.nov. 2003.
- BRAC DE LA PERRIÈRE, Robert Ali. *Plantas transgênicas: uma ameaça aos agricultores*. Trad. do espanhol de Pedro Lourenço et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável - Dimensões e Desafios*. Campinas. Papyrus, 2003.
- CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. Trad. de Raul de Polillo. SP: Melhoramentos, 1964.
- CHESNAIS, François et al. *Ecologia e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas*. In: *Revista crítica marxista*. n.16, 2003 b.
- CONWAY, Gordon. *Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente*. Trad. Celso Paciornick. SP: Estação Liberdade, 2003.
- DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. SP: UNESP, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais*. Vozes, 2003.